

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91(CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CT-RN: CÂMARA TÉCNICA DE RECURSOS NATURAIS

Ata da 49ª Reunião Ordinária - 20/02/2013 - 09h 00min

DAE/S.A. Água e Esgoto – Rodov. Vereador Geraldo Dias, 1500 - Jundiaí - São Paulo

Membros presentes	
Entidade	Representante
ASSEMAE	Rosemeire Facina
CETESB	Marcos Zanaga Trapé
CETESB	Antônio Carlos Bordignon Jr.
DAE Sta Bárbara d'Oeste	Monica Tortelli
DAE Sta Bárbara d'Oeste	Rubens Bacchim
DAEE	Walter Antônio Becari
Elo Ambiental	Claudia Grabher
Elo Ambiental	José Roberto Piccolo
Inst.Valedas Garças	Sérgio Zanin Teruel
P.M. de Americana	Oscar Oliara Aranha
P.M. Itatiba	Wilhelm Wulff Poloni
Rotary Int. D4590	Luiz Antonio Carvalho e Silva Brasi
SANASA	Rosemeire Facina
SMA	José Alberto Fusco Sarcinelli
DAE Jundiaí	Mª Carolina H.D. e Simões
DAE Jundiaí	Claudia Debroy de Campos
P.M. Rio Claro	Antônio Tadeu Olivetti Ferreira
P.M. Campinas	Alethea B. Peraro
P.M. Campinas	Claudia Esmeriz
Convidados	
Entidade	Representante
Agência PCJ	Maria Eugênia Martins
DAEE	Sebastião Vainer Bosquilia
Rotary Internacional	José Carlos de Lima
Rotary Internacional	Armando Hideo Ono
CETESB	Eneida Zanella
APAVIVA (Campinas)	Angela Podolsky
Elo Ambiental	Maria Luiza Fink
Sindicato Rural Camp.	Nelson Barbosa
SANASA	Ari Augusto Pratti
Instituto Agrônômico	Isabella Cleici de Maria

(T) - Titular (S) - Suplente (R) - Representante

Com a palavra o Sr. Ady Martins, Diretor de Mananciais do DAE de Jundiaí, representando o Sr. Jamil Yatim, Diretor Presidente do DAE. Agradeceu a todos os presentes a realização da reunião da CTRN nas instalações do DAE, colocando-se disposição. Logo em seguida relatou um pouco a história de como foi criado o DAE Jundiaí e as obras realizadas em sua história. Na sequência o Sr. Luiz Antonio Carvalho e Silva Brasi, da CT-Rural, agradeceu em nome dos

Comitês PCJ à cessão do Auditório Planeta Água, para a realização desta reunião e comentou sobre os relevantes trabalhos realizados pelo DAE Jundiaí, com a palavra a Sra. Claudia Grabher também agradeceu a receptividade da Instituição e comentou sobre os graves problemas que Jundiaí e muitas outras cidades da região passam pela falta de manejo no uso e ocupação do solo, problema este citado pelo Sr. Jamil Yatim. Disse que é de interesse da CT-RN viabilizar a reversão deste quadro, com base na **Lei nº 9.866, de 28 de Novembro de 1997**), que estamos iniciando em Vinhedo e Valinhos com a implantação da APRM-BJ (Área de Proteção e Recuperação do Mananciais de Interesse Regional- Bacia do Bom Jardim) e estamos prevendo a implantação em outras áreas da Bacia PCJ para um melhor gerenciamento dos mananciais. Na sequência o Sr. Sebastião Vainer Bosquilia, Coordenador da CT-OL, reiterou os agradecimentos pela receptividade do DAE e fez vários comentários técnicos sobre os trabalhos que o DAE vem realizando.

1. Abertura da Reunião: A abertura da reunião foi realizada pelo Sr. Claudia Grabher, Coordenadora da CT-RN. A pauta e a convocação da reunião foram enviadas aos membros da CT-RN por meio de mensagem eletrônica, em 06/02/2013.

Na sequência o Sr. Sergio Zanzin Teruel, Secretário da CT-RN, iria realizar a leitura da Ata da 48ª Reunião Ordinária da CT-RN, mas devido ao horário, foi proposta a leitura ao final da apresentação do Sr. Luiz Roberto Numa de Oliveira da Secretaria do Meio Ambiente. Sendo submetido à consulta do plenário, foi aprovada por consenso.

2. Apresentação do Processo de elaboração do Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado de São Paulo, em cumprimento ao disposto na Lei nº 13.798/2009, que instituiu a Política Estadual de Mudanças Climáticas, pelo Sr. Luiz Roberto Numa de Oliveira: Com a palavra, o Sr. Luiz Roberto Numa de Oliveira, Diretor do Centro de Zoneamento Ambiental e Coordenador de Planejamento Ambiental da Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo, iniciou a apresentação do “Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado de São Paulo”. O Zoneamento Ecológico Econômico, como instrumento básico e referencial para o planejamento ambiental e a gestão do processo de desenvolvimento, capaz de identificar a potencialidade e a vocação de um território, tornando-o base do desenvolvimento sustentável, deverá ser instituído por lei estadual. A elaboração e implementação cabem ao Estado, que deve assegurar a participação dos Municípios, da comunidade científica e da sociedade civil organizada. Objetiva disciplinar e racionalizar a utilização

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91(CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CT-RN: CÂMARA TÉCNICA DE RECURSOS NATURAIS

Ata da 49ª Reunião Ordinária - 20/02/2013 - 09h 00min

DAE/S.A. Água e Esgoto – Rodov. Vereador Geraldo Dias, 1500 - Jundiaí - São Paulo

dos recursos naturais do território estadual, identificando e disciplinando unidades territoriais que serão objeto de ações que levem ao aproveitamento do potencial produtivo e da qualidade ambiental. Metas e diretrizes buscam a integração de políticas públicas e planos setoriais. Tipologias das zonas obedecem às características de ocupação do território e a escala de trabalho proposta. Planos de Ação e Gestão proporcionam o diálogo necessário entre a escala de planejamento e a escala de execução de ações concretas visando atingir metas e diretrizes. Para efeito de um processo participativo e descentralizado, o Estado de São Paulo foi dividido em seis grandes regiões estratégicas. Em uma primeira fase seria realizado uma “Avaliação Ambiental”, que apresentaria a caracterização do território natural (limitações e potencialidades) pela dinâmica territorial, resultando em um primeiro produto que seria a “Avaliação Ambiental” e “Cenários”. O Sr. Antonio Carlos Bordignon Jr. (CETESB Atibaia) solicitou uma explicação sobre uma transparência onde indica o termo “vegetação natural”, está indicando “vegetação nativa”, “vegetação remanescente” ou “uso ocupação”. Respondendo, é a infraestrutura ambiental do estado de São Paulo, é o que o estado tem de vegetação e que não consta nos mapas, qual é o papel desta vegetação na infraestrutura do estado de São Paulo. Em uma segunda fase seria a “Articulação para Validação de Cenários no Âmbito das Unidades Regionais de Planejamento”, onde irá gerar o segundo produto, a “Criação de GRCs”, “Cenários ajustados e validados” e a “Mobilização dos principais atores regionais”. O Sr. Sebastião Vainer Bosquilia solicitou uma explicação se na Criação dos Grupos Regionais de Coordenação (GRCs), caberia a “caracterização do território natural” o levantamento da erosão do solo em cada região. Resposta, o que é importante é o que chamamos de solo de uma forma genérica, é um ativo econômico que usamos de várias formas, pois dele que extraímos vários produtos, de certa forma usamos forma incorreta, pois vejamos na região oeste e sudoeste do Estado, onde encontramos erosões, realmente “solo” é um tema muito importante. Na terceira e ultima fase, “A Construção e Finalização de Propostas”, considerando os produtos e discussões das fases 1 e 2, a validação das propostas no âmbito dos GRCs resultaria no produto 3 que seria a “Proposta de ZEE para Audiências Públicas”. Dentro desta estratégia de elaboração, a Secretaria do Meio Ambiente participou do “PROGRAMA DE TRANSPORTE, LOGÍSTICA E MEIO AMBIENTE”, programa este de iniciativa da Secretaria dos Transportes, que possui dois componentes, o “Componente Ambiental” e a

“Gestão de Transporte”, programa este financiado pelo WB (Banco Mundial). Ao termino o Sr. Luiz Roberto Numa, agradeceu o espaço fornecido para realização desta apresentação e solicitou a viabilização de uma apresentação na Plenária dos Comitês Bacias PCJ para uma maior divulgação nos municípios que ela abrange, para iniciar o processo de “Mobilização dos Atores Regionais”. O Sr. Sergio Zanzin Teruel (IVG) solicitou que o Sr. Luiz Roberto Numa explicasse em poucas palavras onde o Zoneamento Ecológico-Econômico se encaixaria na Política Estadual de Mudanças Climáticas, tendo como resposta que ela ira fornecer um ambiente para a tomada de decisão na esfera administrativa, pois com estas informações o Estado poderá saber se “tal” empreendimento ou ação causará algum impacto ambiental. O principal ganho será um ambiente onde as decisões serão tomadas com base em uma avaliação abrangente de várias relações de causa efeito. O Sr. Antonio Carlos Bordignon Jr. (CETESB Atibaia) disse que faz parte do Comitê Gestor das APA Piracicaba-Cantareira-Juqueri-Mirim, onde se encontra em estudo o Plano de Manejo, sendo que hoje temos na bacia do Piracicaba em estudo também o zoneamento, outra situação é clara em nossa região (eixo D. Pedro - Fernão Dias), trecho SP-300 (Anhanguera – Bandeirantes), este êxodo da região metropolitana de São Paulo é fato. Respondendo, com relação à integração, disse que sim ela tem sido feita e temos acompanhado estes fluxos migratórios dentro do estado de São Paulo, nos últimos 10-15 anos. A Sra. Maria Eugenia (Agencia PCJ), perguntou quanto aos grupos regionais qual é a ideia de quantas pessoas participarão por grupo. Respondendo disse que são entre 30 e 50 pessoas num grupo tripartite, 60 seria muito, entre 30 e 40 pessoas seria um bom grupo, na verdade a ideia é de que o grupo tenha uma formação flutuante, onde ele vai chancelar alguns subprodutos, mas que a produção destes subprodutos tenha o apoio de um numero maior de pessoas. O Sr. Luiz Antonio Carvalho e Silva Brasi no uso da palavra, complementando as palavras do Sr. Antonio Carlos Bordignon Jr., fez referencia a perda de uma grande empresa que iria se instalar em Indaiatuba, mas foi necessária sua mudança para Sorocaba pela falta de água em nossa região, disse ainda que, para meu descontentamento, quanto ao PSA, foi sentida a ausência da Secretaria de Recursos Hídricos na participação da discussão sobre o assunto, já que nesta proposta do ZEE o PSA está inserido. Respondendo o Sr. Luiz Roberto disse que a integração é o grande fator dentro deste contexto, sendo que concorda com o exemplo, esta é uma questão que iremos avaliar e quem possui contribuições

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91(CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CT-RN: CÂMARA TÉCNICA DE RECURSOS NATURAIS

Ata da 49ª Reunião Ordinária - 20/02/2013 - 09h 00min

DAE/S.A. Água e Esgoto – Rodov. Vereador Geraldo Dias, 1500 - Jundiaí - São Paulo

a oferecer, serão bem vindas. O Sr. José Alberto Fusco Sarcinelli (SMA Regional Campinas) no uso da palavra, gostaria de saber se neste diagnóstico que está sendo feito para zoneamento, se estão levando em consideração alguns dados relacionados a danos ambientais e que seria uma importante fonte de dados fazer um link de como as atividades estão impactando nos recursos naturais e gostaria de saber se estão levando em consideração estes fatos em relação ao ZEE. Respondendo Sr. Luiz Roberto disse que a SMA está trabalhando com planos integrados de fiscalização, trazendo mais a Policia Ambiental para este plano e já está previsto o controle com instrumentos, como o auto de infração e laudos. Disse que não sabe bem se poderão usar estes dados na parte de diagnósticos, mas será vital para o sistema de monitoramento. O Sr. Marcos Zanaga Trapé (CETESB Regional Americana), no uso da palavra, disse que é importante a CETESB participar deste projeto, pois é de fundamental importância para o uso e ocupação do solo, como já relatado pelos colegas presentes e é uma preocupação desta câmara técnica, e que estão propondo várias políticas públicas, relatou também que no Estado temos a APRM Guarapiranga e Billings, e que estamos criando a primeira APRM do interior do Estado - APRM Bom Jardim. Disse também que se trata de uma política dentro da SMA, e que existem várias políticas relacionadas ao meio ambiente e uso e ocupação do solo que não utilizamos com a devida atenção. Ressaltou que dentro do Comitê não temos uma sinergia com o Estado e necessitamos muito de regulamentarem para podermos operar como fiscalizadores e agentes do Estado, disciplinar e impedir determinados tipos de empreendimentos que causam danos aos recursos naturais. Finalizou dizendo que estamos muito animados que este projeto se viabilize e que o Comitê PCJ tem interesse neste projeto, mas necessita de apoio de sua coordenação de planejamento para nos dar força para podermos atuar junto com as políticas que já existem. Respondendo o palestrante disse que primeiro gostaria de agradecer, pois a ideia do ZEE não é intervir em projetos já em andamento, mas correlacionar isso e justamente mostrar as áreas onde é possível haver uma sinergia e áreas onde existem conflitos seja em políticas publicas, seja por problemas de organização territorial ou planos de bacia e políticas de transporte. O Sr. Nelson Barbosa, no uso da palavra, disse que este projeto ZEE já está muito atrasado, a degradação dos recursos naturais já está muito elevado, principalmente pelo mau uso e ocupação do solo e que este processo de projeto é muito demorado para sua conclusão,

dando a sugestão se não seria possível realizar um zoneamento por produto, exemplo, região produtora de alimento, região produtora de água, região produtora de madeira, região produtora de gado, região industrial, assim daríamos um foco para cada região, como já vimos aqui, nossa preocupação é a gestão dos recursos hídricos, a falta de água, estamos muito atrasados neste tema e esta gestão é um processo de longo prazo. Teve como resposta que hoje quando se diz que estarão realizando um zoneamento ecológico, a receptividade das pessoas não é boa porque existe ainda uma confusão que se entende que quando será realizado um zoneamento ecológico será feito um Código Florestal 2, ou seja, criar mais APPs, mais Reservas Legais e mais áreas afastadas do uso econômico, por este motivo estamos realizando estas apresentações para o maior numero possível de pessoas, grupos representativos, maior diversidade possível para explicar que não é isso, a proposta é que as áreas sejam utilizadas da melhor forma possível. Todos nós sabemos que um dos componentes da eficácia do uso do território é não destruir este território. Enquanto isto for visto como instrumento de intervenção gerará um ônus político, assim foi sendo adiado, hoje é visto uma situação que devemos recuperar o tempo perdido. O Sr. José Roberto Piccolo (ELO Ambiental), no uso da palavra, agradeceu a apresentação mas disse que sua preocupação é se com a mudança do quadro político, este projeto será levado adiante. Em resposta foi dito que em tese poderia, mas um ganho que nós conseguimos com este processo de organização é vincular este programa a um financiamento oficial, isto significa que assinamos um contrato, independente da administração, ela terá um contrato assinado. A Sra. Claudia Grabher (ELO Ambiental), no uso da palavra disse que um problema grave é o poder econômico, como situações em que em uma região não é permitido à instalação de indústrias, esta indústria vai para outro local, e deveria haver um mecanismo que compense a perda da arrecadação e que como o uso e ocupação do solo é de competência municipal. A resposta foi que todas as normas no que diz a respeito do uso e ocupação do solo, devem respeitar o que está disposto no zoneamento Estadual, e a partir deste, realizar o zoneamento municipal. A municipalização terá que respeitar o que está vigente nas Áreas de Proteção Ambiental, nos Planos Hidrográficos ou nas normas das APRMs. Ainda existe a possibilidade de não estar contida em nenhuma destas normas, mas a lei prevê que deve haver subzonas de gestão específica, se em uma área devemos mostrar por meio de diagnósticos de forma específica, que não está regulada por nenhuma norma que

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91(CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CT-RN: CÂMARA TÉCNICA DE RECURSOS NATURAIS

Ata da 49ª Reunião Ordinária - 20/02/2013 - 09h 00min

DAE/S.A. Água e Esgoto – Rodov. Vereador Geraldo Dias, 1500 - Jundiaí - São Paulo

reconheça esta importância é possível se determinar uma subzona. A Sra. Claudia Grabher informou ao Sr. Luiz Roberto Numa de Oliveira que na plateia estavam presentes outros coordenadores e o que ele espera de resultado concreto que possamos agilizar, pois teremos que apresentar na Câmara Técnica de Planejamento. A resposta foi que, primeiramente gostaria que houvesse a divulgação deste trabalho e que terá que se estabelecer ainda neste semestre um processo que resultara em um grupo que abrangera a região em dois, três ou cinco comitês de bacias e será estabelecido um sistema de representação de cada um dos três segmentos, principalmente dois, sociedade civil e municípios, apresentando os representantes de cada comitê. No caso da sociedade civil, um exemplo como é realizado na área costeira, é feito um processo de eleição, promulga-se um edital, este edital é um cadastro das organizações da sociedade civil interessadas em participar no processo de deliberação junto ao Comitê de Bacias. Depois deste processo efetuarão uma mala direta convidando para uma reunião de eleição, onde a sociedade civil reunida se organiza e elege seus representantes. Precisamos pensar como seria este processo de eleição. Em um próximo momento estaríamos retornando aos comitês para sairmos com uma proposta objetiva. A Sra. Claudia Grabher solicitou que o Sr. Luiz Roberto Numa de Oliveira enviasse uma carta ao Comitê Bacias PCJ, explicando sobre este processo e as suas necessidades, pois dia 01 março já ocorreria uma reunião da CT-PL. Ao termino da apresentação a Sra. Claudia Grabher agradeceu o Sr. Luiz Roberto Numa de Oliveira pelo trabalho apresentado e reiterou o pedido de envio de uma carta ao Comitê PCJ solicitando apoio às demandas do projeto.

3. Leitura e Aprovação da Ata da 48ª Reunião Ordinária da CT-RN: Com a palavra o Sr. Sergio Zanzin Teruel, Secretário da CT-RN, disse que devido a apresentação do Sr. Luiz Roberto Numa de Oliveira ter extrapolado o horário previsto, foi proposto ao plenário que a leitura e aprovação da Ata da 48ª Reunião Ordinária da CT-RN sejam feita na próxima reunião e que serão enviadas via email, as Atas de nº 48 e 49, aos membros da CT-RN, para uma leitura antecipada. Sendo submetido à consulta do plenário, foi aprovada por consenso.

Encerramento: Não havendo mais manifestações, foi dada por encerrada a reunião.

Claudia Grabher
Coordenadora da CT-RN

Sergio Zanzin Teruel
Secretário da CT-RN